

Pai de criança adotada pode ter cinco dias de licença

Trabalhador do setor privado que adotar criança, ou obtiver sua guarda judicial, pode ter direito a licença-paternidade de cinco dias úteis. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. **7**

Juiz e membro do MP sem direito a prisão especial

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que acaba com a prisão especial para magistrados e membros do Ministério Público. Autor da proposta, Marcelo Crivella disse que a prisão especial contraria o princípio da igualdade entre os cidadãos. **7**

CPI para investigar MST já tem 29 assinaturas

Kátia Abreu anunciou ontem que já recolheu 29 assinaturas de senadores para instalar CPI mista destinada a investigar supostas irregularidades no repasse de recursos a cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **6**

Comissão deve revisar o Código do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor, que completa 19 anos, pode ser reformulado. Uma comissão mista para apresentar sugestões de mudanças foi anunciada por Renato Casagrande, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. **7**

Plenário deve concluir na terça votação da reforma

Mercadante, Alvaro Dias e João Pedro voltam a pedir o fim de restrições à internet. Pedro Simon e Renato Casagrande cobram empenho, para garantir uso de novas normas nas eleições de 2010

A Mesa do Senado transferiu para terça-feira a conclusão da votação da proposta de reforma eleitoral. Na noite de quarta-feira, o Plenário aprovou o texto básico da

reforma e deveria ter retomado a votação ontem de manhã. Mas a realização de uma homenagem à Associação dos Magistrados Brasileiros, que completa 60 anos, acabou inviabilizando

o exame de destaques. O líder do PT, Aloizio Mercadante, advertiu que, se as emendas não forem apreciadas, prevalecerá o texto da Câmara, com restrições à internet. **3**

Senado discute oportunidades e riscos da exploração do petróleo do pré-sal



Jornalismo

Uma avaliação de apenas 30% do potencial da camada do pré-sal indica que o Brasil poderá se situar na sétima ou oitava posição como produtor mundial de petróleo, previu ontem o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, durante audiência pública de duas comissões do Senado – a de Assuntos Econômicos e a de Serviços de Infraestrutura. Lobão discutiu com os senadores a constitucionalidade do modelo de exploração, a destinação de recursos provenientes dessa riqueza e a matriz energética brasileira. O presidente do Senado, José Sarney, que participou de parte da audiência, disse esperar que a votação no Senado se realize isenta de qualquer clima de confronto ou passionalidade. Mas outra audiência, realizada pela Comissão de Direitos Humanos, revelou temores quanto à opção brasileira. Cristovam Buarque advertiu que, se o país não aprender as lições do passado, estará sujeito a contemplar no futuro “um buraco na camada do pré-sal e um aumento na temperatura global”. Além de problemas ambientais, Cristovam teme um eventual desestímulo aos biocombustíveis, como o álcool. **4 e 5**

Entre Lobão (E) e Sarney, Collor preside audiência pública das comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos

Dornelles (à frente de Augusto Botelho e Roberto Cavalcanti) critica o modelo

Cristovam (C), em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, afirma temer ameaça aos biocombustíveis



Jornalismo



Mídia&Arte

Conforme senador, recursos liberados nos primeiros dez dias de setembro são 24,6% menores do que os do primeiro decêndio do mês passado e causam rebelião de prefeitos

Queda do FPM causa calote de prefeituras, prevê Efraim

EFRAIM MORAIS (DEM-PB) alertou ontem para a possibilidade de um calote generalizado por parte da maioria das prefeituras, devido à constante queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O senador lembrou que a maioria dos municípios depende desses repasses para pagar salários e fornecedores e anunciou que os prefeitos já iniciam um levante nacional, como foi feito no Piauí.

Efraim leu nota técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM) que mostra a forte queda de repasses do FPM. Ele informou que as contas das prefeituras brasileiras estão recebendo os repasses de FPM referentes aos primeiros dez dias (decêndio) do mês. O montante global é de R\$ 1,41 bilhão, valor 24,6% menor do que o primeiro decêndio do mês



Efraim lembra que a maioria dos municípios depende do fundo

passado e 15,4% menor que o mesmo período do ano passado, sem a correção da inflação.

Crise

O senador disse que em maio e junho a crise parecia estar arrefecendo, mas, a partir de julho, a queda na arrecadação

em relação ao ano passado voltou a se intensificar. Com isso, assinalou, se a crise não piorou, a economia não apresentou nenhum sinal de recuperação.

– Caso a previsão da Secretaria da Receita Federal seja confirmada, setembro terá o segundo pior resultado do ano e ficará atrás apenas de agosto. O governo tem dito que a arrecadação está extraordinária, que o país está de volta ao crescimento, mas há uma queda muito forte no FPM, apesar de o empresário brasileiro trabalhar 2.600 horas/ano apenas para pagar impostos à União – lamentou.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, em aparte, que a queda no repasse do FPM é explicada pela decisão do presidente Lula de reduzir impostos que não são federais e “quem paga o pato” são os estados e municípios.

Lúcia Vânia quer esforço contra o trabalho infantil

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu ontem a continuidade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), lançado em 1998, para “prevenir a atrofia” que o problema causa ao desenvolvimento social e econômico do país. A senadora lembrou que a prática do trabalho infantil está relacionada à pobreza e à desigualdade social, bem como a fatores de natureza cultural, econômica e de organização social da produção.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disse Lúcia Vânia, no início da década de 90, havia 8,4 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. Em 2001, informou, esse número passou para 5,4 milhões, o que, em sua opinião, demonstra o resultado da implementação do Peti.

Lúcia Vânia também ressaltou os vários programas de governos e ações de entidades não governamentais que tornaram o Brasil referência mundial no combate ao trabalho infantil.

– A inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho traz danos irreversíveis a sua saúde física, mental e emocional, tolhendo-lhes o pleno desenvolvimento e legando-lhes um futuro sombrio – afirmou Lúcia Vânia.



Lúcia Vânia alerta para danos resultantes do trabalho infantil



Cavalcanti anuncia movimento em seu estado visando concretizar metas

Cavalcanti: Paraíba está buscando objetivos da ONU

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que a Paraíba está trabalhando para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – conjunto de metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que representam um compromisso dos países membros por um mundo mais solidário, mais tolerante e com maior responsabilidade social e ambiental.

Os objetivos estabelecem como prioridades: erradicação da fome e da pobreza extrema; universalização do ensino básico; promoção da isonomia entre homens e mulheres; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate à Aids, à malária e doenças endêmicas; e garantia de sustentabilidade ambiental.

O senador relatou sua participação em cerimônia de lançamento do movimento “Nós Podemos, Paraíba”, formado por representantes da sociedade civil e empresas públicas e privadas, com o objetivo de incentivar, executar e monitorar ações que contribuam para concretizar esses objetivos. Ele ainda informou que o governador da Paraíba, José Maranhão, determinou que os órgãos públicos do estado divulguem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Suplicy volta a cobrar redução de despesas do Senado Federal

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a cobrar informações da Mesa do Senado sobre a reforma administrativa proposta pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada para esse fim. O senador acha que faltam informações mais claras sobre os procedimentos adotados para a efetiva redução dos gastos.

Na semana passada, Suplicy pediu explicações ao presidente do Senado, José Sarney, a respeito de um eventual acréscimo no orçamento do Senado para 2010, em relação a 2009. Suplicy disse estranhar um aumento de R\$ 10 milhões nas estimativas de despesas da Casa, tendo em vista a expectativa de redução de R\$ 376 milhões, manifestada por Sarney quando foi divulgada a proposta da FGV.

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), divulgou nota de esclarecimento, no último dia 4, informando que a proposta orçamentária da Casa foi encaminhada ao Ministério do Planejamento no final de maio – antes, portanto, da apresentação, em 18 de agosto, do relatório da FGV. A economia com a reestruturação do Senado virá durante a execução do orçamento de 2010, segundo o 1º secretário.

Sarney e Heráclito também informaram a Suplicy que a proposta de reestruturação está sendo analisada pelo Conselho de Administração do Senado, que enviará suas conclusões, nos próximos dias, para a Comissão Diretora. Em seguida, a proposta deve seguir para Plenário.

Porém, ontem Suplicy disse que em fevereiro deste ano, antes da entrega do relatório da FGV, Sarney já havia anunciado



Suplicy também apresentou sugestões para fiscalização de gastos da Casa

corde nas despesas da Casa da ordem de R\$ 48,8 milhões, com a redução de gastos de serviços gráficos, diárias e passagens, cursos para servidores, eliminação de novas obras, gastos com telefonia e novas contratações.

– Qual é a justificativa para que essa redução ordenada não tenha sido incorporada ao referido orçamento? – questionou.

Na presidência dos trabalhos, o 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), informou que a Mesa está estudando as questões apresentadas por Suplicy e convidou o colega para participar da reunião do colegiado na próxima semana.

Fiscalização

Suplicy ainda informou, diretamente a Sarney, sobre sua intenção ao encaminhar à Mesa um documento com um rol de sugestões para ampliar a fiscalização das despesas da Casa. Ele disse estar satisfeito com as providências já tomadas pela Comissão Diretora nesse sentido, mas lembrou ter assumido um compromisso pessoal de nunca mais descuidar dos assuntos relativos à administração do Senado, motivo pelo qual encaminhou as recomendações.

Paim detalha programa que objetiva incentivar a cidadania

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação, pela Comissão de Educação (CE), do projeto que cria o programa Jovem Cidadão Brasileiro. Segundo o senador, a iniciativa propiciará aos estudantes da rede pública a oportunidade de participar de simulações da atividade parlamentar e servirá para despertar a consciência da cidadania na juventude. O projeto (PRS 2/03) ainda precisa passar pela CCJ.

– Os jovens percorrerão o caminho de construção das leis. Poderão fazer pronunciamentos em sessões simuladas, presididas por eles próprios, conforme



Paim diz que jovens poderão simular ser senadores por alguns dias

eleições que eles próprios farão. Serão experiências que eles jamais esquecerão – afirmou.

Jefferson Praia (PDT-AM) elogiou Paim pela iniciativa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores.

Serys elogia agropecuária de Mato Grosso

Serys Shessarenko (PT-MT) apontou o que considera como ações positivas dos produtores agropecuários mato-grossenses, sejam eles grandes exportadores ou pequenos agricultores. Conforme disse, os produtores estão cada vez mais em sintonia com a produção auto-sustentável.

A senadora afirmou que Mato Grosso tem 62% da sua área preservada e utiliza apenas 8% de suas terras na produção de grãos. Nesses 8%, salientou, são produzidos mais de 26 milhões de toneladas de grãos. O agro-negócio, disse, é responsável por 80% do PIB estadual.

– Mato Grosso é campeão nacional na produção e produtividade de soja, algodão, milho em segunda safra e girassol, e tem o maior rebanho bovino do país. O volume das exportações tem crescido acima da média nacional, sendo que, no primeiro semestre de 2009, acumulou US\$ 5,5 bilhões em exportações, valor 16% maior do que no mesmo período de 2008.



Estado é campeão nacional na produção, diz Serys Shessarenko

Sobrinho cobra mais atenção a produtor rural

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) manifestou ontem inconformismo com a forma como o governo federal, por meio de mudanças na legislação ambiental, trataria os produtores rurais de Mato Grosso e de outros estados do Centro-Oeste.

– Se hoje Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são estados fortes, isso se deveu a pessoas que acreditaram nesses estados e nas promessas e estímulos dados pelo governo para que os empresários e agropecuaristas lá se instalassem.

Ao narrar parte da saga dos pioneiros que foram para uma região desprovida de infraestrutura, Sobrinho observou que, passados 20 anos, Mato Grosso se tornou um dos maiores produtores agropecuários do país.

O senador disse que os empresários do campo de Mato Grosso não conseguem crédito de bancos por conta das novas legislações, que, em sua opinião, retroagiram para prejudicar os agropecuaristas.



Sobrinho: empresário do campo em Mato Grosso não consegue empréstimo

Mercadante alerta que, se não forem votadas as emendas dos senadores, prevalecerá o texto aprovado pela Câmara, que restringe a utilização da internet na campanha



Pedro Simon (D) e Alvaro Dias (C), observados por Mercadante, também cobram decisão do Plenário sobre as emendas

Votação da reforma eleitoral será concluída na terça-feira

A MESA DO Senado transferiu para a próxima terça-feira a conclusão da votação da proposta de reforma eleitoral (PLC 141/09). O anúncio foi feito pelo presidente José Sarney, após a constatação da falta de quórum e da impossibilidade de contatar os relatores da proposta, senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Marco Maciel (DEM-PE).

Na noite de quarta-feira, o Plenário aprovou o texto básico da reforma, com quatro emendas apresentadas por Maciel e Azeredo. A sessão foi suspensa às 22h30, por falta de quórum, e deveria continuar às 9h de ontem. Porém, a realização da sessão de homenagem aos 60 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros fez com que a sessão fosse novamente adiada para as 14h.

No início da sessão de ontem, Aloizio Mercadante (PT-SP) pres-

sionou Mão Santa (PMDB-PI), que presidia os trabalhos, por uma definição.

– Percebo um movimento discreto para esvaziar uma pauta que é fundamental para a cidadania. Acho que isso é um erro político. Espero que seja um erro passageiro. Essa reforma já é absolutamente ineficiente. Mas não fazer nem isso é inaceitável – disse Mercadante.

O líder do PT alertou para o fato de que, caso não sejam votadas as emendas apresentadas pelos senadores, prevalecerá o texto da Câmara, que impõe restrições ao uso da internet nas campanhas eleitorais. Na quarta-feira, as emendas sobre a cobertura jornalística por empresas de comunicação na rede não chegaram a ser apreciadas. Mercadante frisou que uma nova legislação precisa ser sancionada

e publicada no *Diário Oficial da União* até 2 de outubro para valer nas próximas eleições.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também defendeu a eliminação de todas as restrições que restam para que a internet possa ser usada de maneira ampla e democrática durante a campanha eleitoral.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse compartilhar da indignação de Mercadante.

– Não há razão para a essa altura não estarem sentados à Mesa os dois relatores e o presidente do Senado – ponderou.

Renato Casagrande (PSB-ES) reforçou o apelo para que, na terça-feira, todos os senadores estejam presentes em Plenário para a retomada das votações. João Pedro (PT-AM) e Epitácio Cafeteira (PTB-MA) também cobraram uma definição.

Proibida doação de entidade esportiva a candidatos

O Plenário do Senado aprovou emenda que mantém a proibição a partidos e candidatos de receber, direta ou indiretamente, doação de dinheiro de entidades esportivas que recebam recursos públicos.

A modificação já havia sido acolhida durante a tramitação do projeto de reforma eleitoral (PLC 141/09) nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e foi aprovada no Plenário em votação simbólica.

Com a aprovação da emenda, que suprime a alteração proposta pelo PLC 141/09 a inciso da Lei 9.504/97, fica mantida a regra atual. De acordo com essa lei, é vedada a doação feita direta ou indiretamente, em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidades esportivas que recebam recursos públicos.

Entre as outras instituições proibidas de ajudar financeiramente os partidos e candidatos estão: entidades de utilidade pública, de classe ou sindical; pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; entidades beneficentes e religiosas; e ONGs que recebam recursos públicos.



João Pedro lamenta que emendas não tenham sido votadas ontem

João Pedro apoia uso de internet em campanha

João Pedro (PT-AM) anunciou que votará favoravelmente à emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto de reforma eleitoral que dá total liberdade à internet durante a campanha política.

João Pedro opinou que a internet é “fundamental” para a consolidação da democracia e “erra quem pensa que poderá censurá-la”. O senador lamentou o esvaziamento do Plenário do Senado ontem, dia marcado para que fosse concluída a votação das emendas ao projeto, e alertou que o Congresso “tem agora menos de 20 dias” para mudar a legislação se quiser que as novas regras sejam válidas para as eleições do próximo ano.

João Ribeiro registra posse de novo governador

João Ribeiro (PR-TO) registrou a posse do presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, Carlos Henrique Gaguim (PMDB), como governador do estado, em decorrência da cassação de Marcelo Miranda (PMDB) pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Gaguim exercerá um mandato-tampão até a escolha indireta de um novo governador pelo Legislativo local.

O senador destacou que, em poucos dias, o novo governador deve revelar a situação financeira do Tocantins.

– Quanto pior estiverem, mais difícil vai ficar para reorganizar a estrutura administrativa e financeira do estado.

João Ribeiro disse ainda que, no discurso de posse, Gaguim convocou todas as forças políticas estaduais para compor um governo de coalizão.

– É importante que haja união dos políticos. Neste momento, o Tocantins vai precisar muito do governo federal, mais do que já precisou – ressaltou.



João Ribeiro: deputado Carlos Henrique Gaguim vai exercer mandato-tampão

Zambiasi relata os estragos causados por temporais

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) relatou da tribuna os estragos provocados pelos temporais que atingem a região Sul. Somente nesta semana, no Rio Grande do Sul, disse o senador, o temporal danificou cerca de 3 mil residências, deixando milhares de pessoas desabrigadas e outros prejuízos, levando vários municípios a decretar situação de emergência.

– A situação é realmente calamitosa, e neste momento é urgente a ação do governo federal, por meio da Secretaria Nacional da Defesa Civil, para socorrer os milhares de pessoas que estão desabrigadas em função das chuvas.

Zambiasi enalteceu a corrente de solidariedade que está sendo formada entre moradores das áreas atingidas para reconstrução de casas. E destacou a mobilização da bancada gaúcha no Congresso para definir ações junto ao governo no sentido de liberar recursos em favor das pessoas e cidades atingidas.



Chuvas deixaram milhares de pessoas desabrigadas, segundo Zambiasi

Atividade que pode tornar o Brasil o sétimo produtor mundial de petróleo traz oportunidades e riscos. Audiência nas comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura discute o modelo de exploração e a destinação da riqueza que vem do mar. Mas na Comissão de Direitos Humanos há preocupação com o futuro

Lobão discute constitucionalidade do modelo de exploração do pré-sal

A CONSTITUCIONALIDADE DO sistema de partilha a ser adotado, simultaneamente ao de concessão, na exploração de petróleo da camada pré-sal, conforme projetos enviados pelo Executivo ao Congresso Nacional, foi discutida ontem com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Em audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores também questionaram o ministro sobre a criação do Fundo Social e os preços dos combustíveis.

Na avaliação de Delcídio Amaral (PT-MS), o governo tomou a decisão correta ao sugerir a adoção dos sistemas de concessão e de partilha no marco regulatório do pré-sal. O senador disse ter certeza que o Parlamento vai aprovar esse sistema híbrido.

Delcídio também questionou o percentual de 30% de participação da Petrobras sobre a exploração de petróleo, bem como as competências da Petro-Sal, medidas que, na avaliação do senador, podem afastar investidores do setor. Lobão explicou que os 30% são adotados em quase todos os campos de exploração de petróleo. Segundo o ministro, tal percentual mínimo é necessário para que o operador ofereça confiança aos demais parceiros.

Constitucionalidade

A constitucionalidade do sistema de partilha foi questionada por Eliseu Resende (DEM-MG). Em sua avaliação, a transferência de reservas da União, que re-

presenta a sociedade brasileira, para uma sociedade anônima – a Petrobras – poderá afrontar o artigo 177 da Constituição, que prevê a transferência do produto de lavras, mas não das reservas.

Lobão garantiu que a proposta do Executivo não é inconstitucional. O governo consultou juristas e a Advocacia-Geral da União, informou o ministro, bem como de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), antes de apresentar a proposta.

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse discordar da adoção do sistema de partilha, uma vez que a União é proprietária do subsolo. O senador também afirmou que a Petro-Sal possui muitas atribuições que podem burocratizar a produção.

Dornelles teme que excesso de atribuições da Petro-Sal burocratize a produção

Fundo

Respondendo à preocupação do senador Jefferson Praia (PDT-AM) quanto à destinação do Fundo Social proposto no marco regulatório, o

ministro explicou que tais recursos serão aplicados para combater a pobreza, incentivar a educação e a cultura, estimular a pesquisa científica e tecnológica e cuidar do meio ambiente.

Na avaliação de Gerson Camata (PMDB-ES), o presidente Lula acertou ao propor o Fundo Social, o que Getúlio Vargas não fez ao criar a Petrobras.

O ministro afirmou ainda, respondendo a Camata, que o preço dos combustíveis não vai diminuir com a exploração do pré-sal. Ele explicou que o valor pago pelo consumidor final torna-se caro pelo acréscimo de despesas e impostos ao longo da cadeia produtiva.

“Matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo”

Ao destacar o acerto da estratégia de produção de energia no Brasil diante das preocupações com as mudanças no clima, Edison Lobão afirmou que a matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo. Ele disse que a maior parte da energia elétrica produzida no país (90%) provém de usinas hidrelétricas, diferentemente dos Estados Unidos e da China, cujas matrizes são predominantemente térmicas.

Respondendo a Serys Silhessa-renko (PT-MT), o ministro disse ainda que o Brasil contribui com cerca de 1% das emissões de gases poluentes na atmosfera, a maioria proveniente de desmatamento. Lobão ressaltou que são poucos os países que obtêm crescimento econômico com taxas de preservação ambiental similares às do Brasil.

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) destacou a importância das reservas petrolíferas do pré-sal como oportunidade para distribuir melhor a renda e defendeu uma ampla discussão do assunto no Parlamento e na sociedade. Lobão considerou o sistema de partilha sugerido pelo marco regulatório para a exploração do pré-sal o mais adequado ao atual contexto do país. Ele enfatizou, em resposta a Augusto Botelho (PT-RR), que, pela concessão, as riquezas são exploradas em troca do pagamento de “uma ninharia”.

Na avaliação de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o país deve começar também o debate sobre a forma pela qual o Brasil ingressará no mercado internacional com os produtos provenientes da exploração do pré-sal.



Lobão (E) com Fernando Collor na audiência pública: questionado pelos senadores (foto abaixo), ministro afirma que o governo consultou juristas e Advocacia-Geral da União antes de propor ao Congresso o modelo híbrido



Senadores sugerem áreas para aplicação de recursos

A forma de distribuição dos recursos do Fundo Social a ser instituído com os recursos do petróleo produzido na camada do pré-sal foi debatida pelos senadores na audiência com Edison Lobão.

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a aplicação dos recursos do fundo na redução do efeito estufa, compensando as grandes emissões de gás na atmosfera. Já Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu a formação de um “fundo soberano” com recursos do petróleo do pré-sal aplicados fora do país. O ministro confirmou que a intenção do governo é aplicar os recursos interna e externamente.

– Não há como não se construir um fundo soberano associado ao fundo social do petróleo, como já acontece com a Noruega – argumentou, lembrando que aquele país constituiu um fundo, ao longo de 40 anos, no qual tem US\$ 300 bilhões aplicados no exterior sem contar o que já empregou internamente. A decisão de investir no exterior, explicou, é para que não haja interferência na economia e na moeda interna.

Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para a importância de os recursos do fundo ajudarem a combater a pobreza no país. Ele lembrou o caso da Nigéria, em que houve aumento extraordinário da desigualdade e da pobreza paralelamente à elevação da renda per capita com a produção de petróleo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) adiantou que vai apresentar emenda para que os recur-

sos do fundo social também sejam destinados às áreas de saúde e segurança.

Capitalização

Sobre a proposta de capitalização da Petrobras, Casagrande disse ser necessário propiciar também condições para que os pequenos acionistas possam se capitalizar e indagou se verbas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não poderiam ser utilizadas com esse propósito. Segundo o ministro de Minas e Energia, ainda não há decisão final do governo sobre a questão, embora não haja interesse em abrir novamente as portas do fundo para capitalização.

Pós-sal

Marconi Perillo (PSDB-GO) cobrou do ministro uma definição sobre o regime de exploração do petróleo da camada do pós-sal nos projetos encaminhados ao Congresso pelo Executivo. Ele também mencionou a possibilidade de que as empresas não consigam trazer para a superfície o petróleo encontrado na camada pré-sal e ponderou se não haveria um excesso de otimismo em relação às expectativas de reservas em razão de notícias da existência de poços secos.

Lobão respondeu que o petróleo do pós-sal seguirá o mesmo regime de partilha definido para o pré-sal. Sobre o risco de falsas expectativas, o ministro disse que as perfurações de prospecção foram

realizadas ao longo dos 149 mil quilômetros quadrados da área do pré-sal, confirmando a existência do petróleo.

Royalties

Lobão assegurou a Marcelo Crivella (PRB-RJ) que os estados produtores de petróleo terão ganhos crescentes em royalties e em participação especial a partir da produção dos 28% já leiloados do pré-sal. Ele reafirmou também a intenção do governo de manter o percentual de distribuição dos recursos da exploração do petróleo aos estados produtores enquanto uma nova lei não dispuser em contrário, conforme está previsto em projeto encaminhado ao Congresso.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lembrou que uma das principais polêmicas em torno do assunto é a preocupação dos estados produtores com a possibilidade de eventuais perdas na distribuição dos royalties do petróleo.

Tecnologia

Crivella questionou ainda se a Petrobras não precisará de parceiras estrangeiras que detenham tecnologia mais avançada e lembrou que as empresas do setor afirmaram que só trarão suas tecnologias para o Brasil se atuarem como operadoras. O ministro informou já ter sido procurado por companhias privadas que manifestaram intenção de participar da exploração sob o regime de partilha.

“Brasil pode se tornar o sétimo produtor”

O ministro Edison Lobão afirmou que o Brasil poderá se situar na sétima ou oitava posição mundial de produção de petróleo se as expectativas de reservas na camada pré-sal se confirmarem. O ministro reforçou informações baseadas em pesquisas indicando haver reservas da ordem de 16 bilhões de barris em apenas quatro dos campos já descobertos, o dobro da atual reserva nacional e quantidade suficiente por 40 anos para o país.

– E isso representa 30% do pré-sal. Não se pode adiantar o que virá dos 70% – argumentou.

A busca por fontes energéticas, disse Lobão, é questão estratégica e motivo de conflito mundial. Existem ainda, informou ele, reservas da ordem de 1,3 trilhão de barris de petróleo em todo o mundo, que poderão se esgotar em pouco mais de 40 anos se o ritmo de exploração continuar. O Brasil já é o sétimo maior consumidor mundial de petróleo e o 40º maior consumidor de gás natural. Dos dez primeiros consumidores, disse ainda o ministro, apenas a Arábia Saudita, a Rússia e o Canadá são autossuficientes. A expectativa, afirmou, é de que a demanda passe dos atuais 82 milhões de barris/dia para 300 milhões de barris diários, dentro de alguns anos.

Propostas

Em defesa do regime de partilha proposto pelo governo federal para produzir nos campos do pré-sal, Lobão afirmou que, dos 24 maiores produtores do mundo, 14 adotam esse modelo, poucos países usam o sistema misto e apenas seis o regime de concessão – sistema que será mantido para os atuais contratos, como ressaltou o ministro.

Segundo Lobão, a questão do desenvolvimento tecnológico pesou muito na decisão do governo de optar pela Petrobras como operadora única. De acordo com a proposta encaminhada ao Congresso, a companhia será a operadora em todos os contratos, detendo, no mínimo, 30% da produção.

– Deter o controle da produção é importante para o aperfeiçoamento da tecnologia. Cada vez que a Petrobras fizer uma perfuração, estará aprendendo e isso é altamente benéfico para o povo brasileiro – justificou.

A Petrobras como operadora única, segundo o ministro, contribuirá também para fortalecer a indústria brasileira.



Sarney: não pode haver calendário normal na Câmara e de urgência no Senado

Tramitação no Senado deve ser igual à acertada na Câmara

Ao deixar o Plenário ontem de manhã, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que, se os quatro projetos referentes à exploração da camada pré-sal serão votados sem regime de urgência na Câmara dos Deputados, o mesmo deverá acontecer no Senado. Para Sarney, não há por que uma Casa deliberar isso num calendário normal e a outra num regime de urgência.

Sarney foi questionado sobre o anúncio feito pelo presidente da Câmara, Michel Temer, de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordou em retirar a urgência constitucional dos quatro projetos, diante da garantia de que os deputados votarão as propostas até o dia 10 de novembro próximo. Esse calendário já estaria estabelecido com os líderes da base aliada e da oposição.

“Descoberta ameaça biocombustíveis e meio ambiente”

A descoberta de petróleo na camada do pré-sal não traz apenas esperança de dias melhores. Há também preocupação: ao abrir a audiência pública para debater a Previdência Social e o pré-sal, da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que todos precisam aprender as lições do passado, caso contrário, sobram, apenas, “um buraco na camada pré-sal e um aumento na temperatura global”.

O senador alertou para o perigo de que o entusiasmo com o petróleo da camada pré-sal possa acabar com todo o esforço governamental e privado para criar a alternativa dos biocombustíveis, em especial o álcool combustível.

– Se não tomarmos cuidado, esse petróleo do pré-sal servirá, sobretudo, para mover os veículos do Primeiro Mundo, tal como nosso ouro, nos séculos 17 e 18, serviu para desenvolver a indústria e o sistema financeiro da Inglaterra – lembrou.

Segundo Cristovam, em primeiro lugar é preciso saber se o pré-sal é economicamente viável. Se a resposta for sim, é fundamental criar as bases para colocar esse dinheiro a serviço do povo brasileiro, especialmente na educação, saúde e no

Monopólio

A audiência pública de ontem fez parte de um ciclo que se destina a debater a propositura apresentada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), na forma da Sugestão Legislativa 2, que pretende assegurar o monopólio da Petrobras sobre todas as atividades do pré-sal, garantir que a estatal nunca será privatizada e que os lucros serão usados para melhorar o nível de vida do povo brasileiro.

Ao assumir a presidência da CDH, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a necessidade de o Fundo Social, que será criado com os lucros do pré-sal, destinar uma parcela de seus recursos para a Segurança Social, que inclui saúde, educação, Previdência e Assistência Social (que cuida das aposentadorias, dos idosos e deficientes sem renda).

Segundo Paim, quem prega o apocalipse da Previdência Social, dizendo que o sistema está falido, apenas reforça a previdência privada. Paim lembrou que foi

Sarney espera que confronto não se estabeleça durante a votação

O desejo de que o Legislativo vote sem politização os projetos que definem o marco regulatório para exploração de petróleo na camada pré-sal foi manifestado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Ele falou do assunto ao sair de audiência em que as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) ouviram o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

– Acho que, desde que haja um consenso entre os partidos e que a matéria seja discutida sem passionalidade, de acordo com os interesses nacionais, é possível que nesse prazo [dois meses] a gente possa votar. Acho que uma matéria dessa natureza jamais será votada no Congresso com confronto. Porque é uma matéria de tamanha importância, e para gerações que estamos legislando. Nunca vamos votar em confronto – afirmou.

Indagado se já pensa na hipótese de uma convocação extraordinária do Congresso, para reali-

zar essa votação, Sarney disse que não pode raciocinar sobre hipóteses. Ele reconheceu que naturalmente a matéria pode induzir à politização, mas disse esperar que a razão prevaleça sobre todos.

– Ao ser lançada a matéria, creio que haverá uma tendência de politização, mas espero que, depois, ela encontre uma racionalidade e, dentro dessa racionalidade, possam encontrar o caminho que realmente interesse ao país – disse.

Na opinião do presidente do Senado, o petróleo descoberto na camada pré-sal deve ser celebrado por todos os brasileiros.

– Entendo que as expectativas em relação ao pré-sal sejam muito menores do que as que são anunciadas. Isso é uma coisa extraordinária para o Brasil, porque nós temos 14 bilhões [de barris] de reservas e com o pré-sal, mesmo que todas as nossas hipóteses falhem, vamos ter no mínimo cinco vezes a multiplicação das reservas nacionais – avaliou.

o dinheiro da Previdência que construiu Brasília, Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Transamazônica e outros projetos governamentais.

Previdência

Warley Martins Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), defendeu a necessidade de o governo destinar parte dos lucros do pré-sal para garantir a solvência do Sistema da Previdência Social, possibilitando aposentadorias e pensões justas para aqueles que trabalharam uma vida inteira.

Para Geraldo Adão Santos, também da Cobap, o Brasil já chegou ao futuro e, diante da riqueza incomensurável do pré-sal, é preciso criar mecanismos para diminuir as desigualdades regionais e repor o dinheiro da Previdência que foi usado pelo governo, no passado, para financiar grandes projetos. Ele defendeu a necessidade de que as aposentadorias mantenham seu poder aquisitivo em relação ao salário mínimo.

Para o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Jorge Cezar Costa, a Segurança Social deve ser universal. Agora, com a riqueza proveniente do

pré-sal, que abastecerá o Fundo Soberano, é justo que uma parcela seja usada para a Previdência Social, resgatando essa dívida histórica do governo com o Sistema Previdenciário.

Ambiente

O coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, afirmou que as associações de aposentados precisam procurar força política com as organizações internacionais que cuidam do meio ambiente, como o Greenpeace, para defender, também, os interesses dos aposentados.

José Augusto lembrou que o Greenpeace está preocupado com a poluição que virá da exploração do pré-sal. A Petrobras precisa cuidar da flora e da fauna marítima, e o setor internacional do meio ambiente tem força para exigir segurança das atividades de produção e operações correlatas.

Para o diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Gabriel Teixeira dos Santos, a falência da Previdência não pode servir de pretexto para alavancar uma previdência privada que vai beneficiar, especialmente, “alguns empresários graúdos”.



Geraldo Adão, Warley Martins Gonçalves, Cristovam Buarque, Jorge Cezar Costa, José Gabriel Teixeira dos Santos e Joilson Cardoso durante debate na CDH

Proposto por iniciativa de Kátia Abreu, colegiado deve apurar supostas irregularidades na destinação de recursos federais a cooperativas, conforme denúncia da revista *Veja*

CPI deve investigar repasses a entidades ligadas ao MST

A SENADORA KÁTIA Abreu (DEM-TO) anunciou ontem que já recolheu 29 assinaturas de senadores para instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar supostas irregularidades no repasse de recursos a cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conforme denunciou a revista *Veja* da semana passada.

Segundo a senadora, na Câmara dos Deputados o requerimento já conta com mais de 180 assinaturas. Para ser criada uma CPI mista é preciso o apoio de pelo menos 171 deputados e 27 senadores.

Kátia Abreu destacou que, conforme a revista, R\$ 60 milhões em recursos do governo federal foram destinados a quatro entidades ligadas ao MST para a realização de serviços como georreferenciamento ou pareceres técnicos. A quase totalidade do dinheiro teria sido repassada sem

que os serviços tenham sido feitos integralmente, irregularidade encontrada especialmente no estado de São Paulo.

Tal montante, comparou a senadora, seria suficiente para abastecer por um mês quase 1 milhão de famílias com arroz, ou para a construção de 6 mil casas populares no país. Há ainda denúncias de anomalias especialmente em outros estados onde o movimento é mais forte, como Pernambuco, Mato Grosso e Pará, registrou.

A reportagem afirmou ainda que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teria recebido dinheiro de entidades estrangeiras. Kátia Abreu disse já ter pedido ao Banco Central e à Receita Federal informações sobre se há conhecimento da entrada desses recursos no Brasil e uma lista de todas as entidades que os teriam repassado.

Questionada a respeito da comissão parlamentar de in-

quérito com o mesmo objetivo instalada no Senado há alguns anos e que já havia detectado irregularidades nesses repasses, a senadora apontou o “desrespeito e o pouco caso” do governo federal com o trabalho daquele colegiado e a “leniência” com os movimentos sociais que invadem terra, ao permitir a continuidade dos repasses.

Produtividade

Kátia Abreu voltou a se manifestar sobre a discussão relativa ao aumento dos índices de produtividade no setor agrário. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade que preside, é contrária à proposta que tramita no Senado Federal, informou.

De acordo com a senadora, os novos índices propostos “obrigam a produzir de qualquer jeito”, mesmo que haja crise e consequente queda nos valores dos produtos agrícolas.



Kátia Abreu destacou os esforços para a construção de um Judiciário forte



Para o juiz Mozart Valadares, a AMB é instituição essencial para o país

Senado homenageia os 60 anos da Associação dos Magistrados

Os 60 anos de criação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foram comemorados ontem em sessão especial. Para o presidente do Senado, José Sarney, a instituição, ao longo dos anos, vem conseguindo realizar a tarefa de aproximar cada vez mais a magistratura da sociedade brasileira.

– Ao longo de 60 anos, a Associação dos Magistrados Brasileiros, uma das mais importantes instituições da sociedade civil brasileira, vem trabalhando em benefício do país, sendo peça-chave na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos pela Justiça – salientou José Sarney, ao lembrar que a AMB é uma entidade dinâmica, que visa ao aprimoramento dos magistrados.

Autora do requerimento para realização da homenagem, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) destacou os esforços para a construção de um Poder Judiciário “cada vez mais forte, independente, imparcial, combativo e eficiente”. A senadora destacou ainda “a firmeza” do Judiciário na garantia da propriedade privada, especialmente no campo.

– Se não fossem os senhores, em certas regiões do país já se teria instalado uma guerra civil. São os juízes que, nas suas comarcas, têm promovido a paz no campo, tão necessária ao produtor rural – destacou Kátia Abreu.

Na avaliação da senadora, o Judiciário está sendo o fiel da balança nas crises pelas quais o país atravessa, já que, notou, resolve conflitos de interesses variados.

Ela também lembrou o 20º Congresso Brasileiro de Magistrados, a ser realizado em outubro, no qual será discutida a gestão democrática do Po-

der Judiciário. Segundo Kátia Abreu, a AMB pretende identificar as principais dificuldades no funcionamento da Justiça e discutir soluções que assegurem à sociedade uma prestação jurisdicional de excelência.

Crime organizado

Romeu Tuma (PTB-SP), ao homenagear a Associação dos Magistrados Brasileiros, pediu maior união entre a polícia, o Ministério Público e o Judiciário, com o objetivo de tornar mais eficiente a luta contra a criminalidade, especialmente o crime organizado, com destaque para o tráfico de drogas e de armas.

Já Roberto Cavalcanti (PRB-PB) observou que o Senado “acertou” em homenagear a AMB, “uma das instituições mais importantes da sociedade brasileira”. Para ele, nesses 60 anos de existência, a entidade tem se destacado em vários setores, especialmente na defesa do Estado democrático de direito e na prestação jurisdicional efetiva e competente.

Reformas

Também tomou parte da homenagem o presidente da AMB, juiz Mozart Valadares Pires, que destacou a atuação da instituição na aprovação de projetos de interesse coletivo, como as reformas do Judiciário e da Previdência.

Mozart Valadares lembrou ainda o sucesso de campanhas da entidade, como a denominada Eleições Limpas, destinada a combater fraudes e abusos da máquina administrativa e do poder econômico.

– A Associação dos Magistrados Brasileiros é uma instituição essencial para o país e para a população, e imprescindível à democracia brasileira – concluiu o presidente da AMB.

Jornalismo



Sarney (D), com Cesar Rocha (C), do STJ, e Patrus Ananias

Sarney promete apressar votação de propostas

Durante audiência concedida ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu pressa na votação de projetos destinados a criar cargos para a condução de programas sociais. Segundo o ministro, Sarney disse que vai encaminhar da maneira mais ágil possível os projetos.

– Estamos trabalhando numa linha suprapartidária. Já conversei com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Demostenes Torres [DEM-GO], tenho conversado com o senador Romero Jucá [PMDB-RR] e vou falar com os senadores Aloizio Mercadante [PT-SP] e Ideli Salvatti [PT-SC]. Nosso objetivo é unir as forças políticas em torno de um objetivo comum, que é melhorar as condições do ministério, para que possamos fazer um trabalho ainda melhor para os pobres, inclusive fortalecendo os mecanismos de fiscalização e controle – disse Patrus.

Exposição resalta papel da mulher na história

Exposição em homenagem às mulheres foi aberta ontem no Salão Branco do Congresso Nacional. Organizada por Furnas Centrais Elétricas do Brasil, a mostra apresenta uma linha de tempo, de 1500 a.C. até os dias de hoje, com mais de 200 registros sobre mulheres que se destacaram na história mundial, além de apresentar a trajetória de Furnas e o papel da mulher na empresa. A exposição fica aberta até o dia 20, das 9h30 às 17h.

A linha de tempo, chamada “Gênero – Linha Energizada”, apresenta mulheres de todo o mundo que contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa. Há ainda uma exposição denominada *Mulheres Plurais*, que mostra as funcionárias de Furnas com talento em várias áreas. Uma terceira linha conta a história de Furnas e apresenta as ações relacionadas a gênero desenvolvidas pela empresa.



Nilcéa Freire, Serys e Luís Paroli inauguram a mostra

Waldemir Barreto

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
 Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Casagrande quer atualizar Código do Consumidor

Ao registrar os 19 anos do Código de Defesa do Consumidor, completados hoje, Renato Casagrande (PSB-ES) comunicou a formação de uma comissão mista especial destinada a propor reformulações nessa legislação até a comemoração de suas duas décadas, em 2010. Casagrande é presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O senador explicou que a iniciativa, dele e da presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, deputada Ana Arraes (PSB-PE), deve-se ao fato de as naturais transformações na sociedade durante esse período terem suscitado diversas modificações no documento, que precisa agora passar por uma consolidação e por uma grande revisão de seu texto.



Casagrande lembra que legislação faz 19 anos hoje

Valadares elogia projeto sobre Defensoria

O projeto que organiza a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública com o objetivo de tornar o órgão mais ágil e moderno foi elogiado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

O PLC 137/09, de autoria do Executivo, foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde Valadares foi relator.

– Por esse projeto, o Congresso não está apenas tratando da Defensoria Pública, mas do próprio direito de ampla defesa da grande maioria da população e, assim, construindo um Estado mais democrático e garantidor dos direitos fundamentais de seus cidadãos.

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e João Pedro (PT-AM) elogiaram o relatório de Valadares.



Valadares: trata-se do direito de defesa da maioria dos brasileiros

Concessão de cinco dias úteis de folga a trabalhadores do setor privado que adotarem criança de até cinco anos, ou obtiverem sua guarda judicial, é acatada na CCJ. Proposta segue agora para análise terminativa da CAS



O relator Efraim (D, ao lado de Demostenes e Wellington Salgado) considerou inconstitucional parte do texto que concederia licença-maternidade a servidora adotante

Fim de "privilégio" para magistrado e membro do MP

O fim da prisão especial para magistrados e membros do Ministério Público foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A elaboração de projeto com esse teor, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi acertada em reunião anterior da CCJ, que já havia aprovado o fim desse privilégio inclusive para portadores de diploma de curso superior. A proposta (PLS 151/09 - Complementar) agora será examinada pelo Plenário.

– Na ocasião em que votamos o fim da prisão especial para as outras categorias, não pudemos incluir os magistrados e membros do MP porque era necessária a elaboração de um projeto de lei complementar específico para esse fim – explicou Demostenes Torres (DEM-GO), relator do projeto na comissão.

O texto aprovado anteriormente (PLC 111/08) suprimia o fim da prisão especial por meio da alteração do artigo 295 do Código de Processo Penal. A proposta aprovada ontem altera três outras leis.

Na justificativa do projeto, Crivella afirma que a prisão especial contraria o princípio constitucional da igualdade e propõe se considerar apenas a condição de "preso especial" para aquele que, "por força da natureza de sua ocupação ou de outras circunstâncias específicas, a serem aferidas pelo juiz, possa ser exposto a risco extremo se submetido ao aprisionamento coletivo". Para o relator, a nova legislação proposta é mais adequada, visto que a prisão especial só se justifica "como medida excepcional para a preservação da vida e da incolumidade física e psíquica do preso, o que depende do exame das circunstâncias do caso concreto".

Ao lembrar que Demostenes é promotor de justiça, Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que o relator teve "comportamento exemplar ao relatar uma proposta que vai contra interesses próprios". Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que o projeto vai contribuir para que pessoas portadoras de diploma de nível superior, antes beneficiadas pelo instituto da prisão especial, pensem melhor antes de cometer um crime.

– Se for para a cadeia, vai ter que conviver com marginais, alguns de alta periculosidade, podendo até arriscar a própria vida nessa nova situação – disse.

Comissão aprova licença-paternidade para adotantes

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a concessão de licença-paternidade de cinco dias úteis aos trabalhadores do setor privado que adotarem criança de até cinco anos ou obtiverem sua guarda judicial.

Do ex-senador Carlos Bezerra, o projeto (PLS 157/02) estende aos pais adotantes benefício que os pais biológicos conquistaram desde a edição da Constituição de 1988. O projeto seguirá agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

O relator da proposta, Efraim Morais (DEM-PB), opinou pela inconstitucionalidade da parte do texto que sugere licença-maternidade para as servidoras da União que adotarem ou obtiverem guarda judicial de criança. Efraim argumentou que, além de o tema já ter sido regulamentado por decreto federal do ano passado (6.690/08), medidas relacionadas ao regime jurídico do servidor público são de iniciativa exclusiva do presidente da República.

O mesmo "vício de iniciativa" foi apontado por Efraim em projeto de Paulo Paim (PT-RS) que tramita junto com a proposta de Bezerra. Paim, por meio do PLS

86/07, defendia licença de 180 dias para as servidoras que adotassem ou obtivessem a guarda de criança.

Bezerra sugeria licença escalonada, a depender da idade da criança no momento da adoção ou da guarda: de 120 dias, para crianças de até um ano; de 60 dias, para as que tivessem entre um e quatro anos; e de 30 dias, para a faixa de quatro a oito anos. O tipo de licença defendido pelo ex-senador para servidoras federais em caso de adoção já é aplicado hoje para as adotantes que contribuem para a Previdência Social. O regime jurídico dos servidores da União (Lei 8.112/90) prevê apenas 90 dias de licença para a servidora que adotar ou obtiver a guarda de criança de até um ano. Quando a criança tiver mais de um ano, o período será de 30 dias.

Ampliação

O Decreto presidencial 6.690/08, citado por Efraim, trata da prorrogação da licença-maternidade no âmbito da administração pública. Pelo texto, a ampliação da licença para a servidora é de 45 dias, quando a criança adotada ou sob guarda tiver até um ano, ou de 15 dias se ela tiver mais de um ano.

Inclusão de apoio psicológico na assistência a adolescente infrator

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) poderá ser alterado para prever que o menor infrator receberá também assistência em aspectos psicológicos, e não apenas por meio de medidas socioeducativas, como prevê o texto atual da Lei 8.069/90. É o que determina projeto aprovado pela CCJ.

Segundo o autor, o então deputado João Alfredo, a proposta (PLC 86/06) "está embasada no fato de que a educação está intrinsecamente ligada aos aspectos afetivos e à qualidade dos vínculos que se estabelecem entre o professor e o aluno, ou entre qualquer pessoa envolvida na relação educando-educador". Ele afirma ainda que "os fatores emocionais correlacionados com o dia a dia das pessoas, sejam individuais,

familiares ou institucionais, interferem diretamente na formação e na qualidade do vínculo, na formação da subjetividade, da personalidade e da ética dos indivíduos, repercutindo por toda sua existência".

Ao apresentar parecer favorável à proposta, que segue para o Plenário, o relator na CCJ, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), afirmou que "a proposição conduz ao aprofundamento da discussão sobre as medidas aplicáveis a adolescentes que cometem atos infracionais".

– A alteração proposta, mais do que o caráter terminológico, tem o condão de levar o Estado e seus agentes à reflexão sobre o tratamento que os adolescentes infratores têm recebido nas instituições especializadas em todo o país – justificou Raupp.

CCJ autoriza sociedade com pessoa incapaz

O projeto que permite o registro de contratos ou alterações contratuais de empresas com sócios incapazes foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Agora, a matéria será enviada para votação no Plenário.

De acordo com a proposta (PLC 104/08), o Código Civil será alterado para garantir que as juntas comerciais façam esse tipo de registro, desde que sejam atendidas as seguintes condições: o sócio incapaz não poderá exercer a administração da sociedade; o capital social deverá ser totalmente integralizado; se o sócio for relativamente incapaz, deverá ser assistido por seus representantes legais; e, se for absolutamente incapaz, será representado por eles.

O projeto foi aprovado em junho do ano passado pela Câmara dos Deputados, onde teve origem. Segundo o autor, deputado Eliene Lima (PP-MT), a proposta reproduz entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema. O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça foi o senador Marco Maciel (DEM-PE).

Definições

O Código Civil (Lei 10.406/02) define que são absolutamente incapazes os menores de 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, "não tiverem o necessário discernimento"; e os que, "mesmo por causa transitória", não puderem exprimir sua vontade. E define como relativamente incapazes os maiores de 16 e menores de 18 anos; os "ébrio habitual"; os viciados em tóxicos; os que, por deficiência mental, "tenham o discernimento reduzido"; os excepcionais (sem desenvolvimento mental completo); e os pródigos (aqueles que se desfazem de seu patrimônio descontroladamente).

A CCJ também apresentou parecer favorável a dois projetos de lei autorizativos, ou seja, que autorizam o Executivo a realizar determinada medida, mas sem obrigá-lo: o PLS 47/06, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), para criação da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior; e o PLS 212/06, da então senadora Roseana Sarney, que visa à criação da Universidade Federal da Baixada Maranhense. As duas propostas ainda serão analisadas em outras comissões permanentes do Senado.

Crivella destaca obras de saneamento no país



Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou o governo federal pelos investimentos em obras de saneamento ambiental em execução no país. De acordo com o senador, já começaram as obras para abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário em 19 estados e que beneficiarão 90 municípios.

– O país ainda está longe do ideal em saneamento ambiental. No entanto, o montante de recursos começa a mudar essa realidade. O governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, liberou um total de R\$ 4,5 bilhões para obras no setor.

Augusto Botelho pede recuperação da BR-319



Augusto Botelho

Augusto Botelho (PT-RR) disse que a comunidade de Igapó Açu, no Amazonas, exige a recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho e, consequentemente, o Amazonas e Roraima ao resto do Brasil. Conforme o senador, as obras da rodovia de 890 quilômetros estão previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas encontram-se paralisadas devido às exigências de licenças ambientais. O senador contou que a comunidade ficou isolada no começo do ano em decorrência das chuvas, que transformaram a rodovia em enorme lamaçal.

Novo embaixador buscará o apoio croata a pleito do Brasil

Mensagem indicando Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para chefiar a embaixada brasileira na Croácia passa na Comissão de Relações Exteriores e vai ao Plenário

A BUSCA DA consolidação do apoio da Croácia à aspiração brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) e a cooperação no trabalho de reconstrução do Haiti estão entre as prioridades do embaixador indicado para Zagreb, o ministro de primeira classe Luiz Fernando Gouvêa de Athayde. A mensagem presidencial contendo a sua indicação para o posto, que teve como relator o senador Flávio Torres (PDT-CE), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo Athayde, as relações bilaterais são marcadas pela cordialidade e pela “convergência de interesses”. Ele recordou que o Brasil reconheceu a independência da Croácia em 1992 e que cinco anos depois foi aberta a embaixada croata em Brasília. O Brasil, por sua vez, instalou embaixada em Zagreb em 2006.

Em resposta ao presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o embaixador anunciou a intenção de estimular a utilização do porto de Rijeka como porta de entrada de produtos brasileiros para todo o sudeste da Europa.



Valadares (D) e Eduardo Azeredo (C) acompanham exposição de Athayde na CRE

anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Caças franceses

A comissão aprovou requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) para a realização de uma audiência pública – marcada para a próxima quarta-feira – com o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele deverá falar aos senadores sobre o processo de compra de 36 aviões franceses Rafale pelo governo brasileiro,

Outro requerimento aprovado, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), determina que a audiência sobre a renegociação do acordo de Itaipu com o Paraguai seja feita conjuntamente com as comissões de Infraestrutura (CI) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Foi também aprovado requerimento para a realização de uma audiência conjunta da CRE e de mais cinco comissões destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

Flávio Torres elogia competência dos técnicos das usinas de Angra

Flávio Torres (PDT-CE) relatou visita à Central Nuclear Almirante Alberto, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, onde estão localizadas as duas usinas nucleares em funcionamento no país: Angra 1 e Angra 2. Também participaram da visita João Pedro (PT-AM) e Augusto Botelho (PT-RR) e o deputado federal Maurício Rands (PT-PE).

Ele lembrou que, embora a energia nuclear seja considerada limpa, por não poluir com gás carbônico, os resíduos tóxicos provenientes do processo necessitam de rigoroso controle e cuidado por parte das autoridades competentes. Esses

resíduos, acrescentou, precisam ser guardados por séculos ou até milhares de anos, dependendo da radioatividade do material.

Flávio Torres elogiou a gestão das duas usinas, administradas por técnicos e profissionais brasileiros e sujeitas a frequentes inspeções internacionais. Devido à competência dos gestores e aos cuidados internacionais, avaliou, o risco de acidentes em Angra é muito pequeno.

– Os cuidados são grandes e acho que são suficientes para que a gente se tranquilize e que tenhamos orgulho de operar essas centrais de energia nuclear.

Flávio Torres também sugeriu



Torres quer Brasil liderando movimento para desarmar bombas nucleares

que o Brasil lidere movimento internacional para que as mais de mil bombas nucleares do planeta sejam desarmadas.

– É uma situação muito hipócrita querermos que os países não façam a bomba atômica sendo que o mundo está sentado em cima de mais de mil ogivas nucleares.

Mozarildo cobra melhoria no ensino fundamental público

O Brasil precisa realizar um salto de qualidade no ensino fundamental, em especial nas escolas públicas, alertou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele mencionou o relatório “Siab – Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades”, produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Apesar de reconhecer os avanços alcançados no Brasil pelo sistema de educação pública fundamental, no que se refere à construção de ampla rede de escolas, Mozarildo manifestou inconformismo com a existência, revelada pelo relatório, de mais de 90 mil adolescentes analfabetos nos 750 municípios da Amazônia Legal.

– Reunimos as condições para a efetiva universalização do ensino básico e, em seguida, dar o salto qualitativo indispensável que a sociedade brasileira está a exigir e que o mundo espera de um país como o Brasil – disse Mozarildo, destacando o papel relevante desempenhado pelo Congresso Nacional na me-



Mozarildo mostra inconformismo com número de analfabetos na Amazônia

lhoria do ensino no país.

Considerando a educação como “principal vetor de promoção do desenvolvimento socioeconômico dos povos”, o senador mencionou o exemplo da ascensão da Coreia do Sul no cenário mundial como consequência da priorização da educação pública. Ele ressaltou também a posição conquistada pela Finlândia, que, após investir maciçamente em educação, transformou-se em centro de excelência na formação de recursos humanos.

Em aparte, o senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) manifestou apoio ao pronunciamento de Mozarildo.

Mão Santa manifesta apoio a entidade que reúne aposentados

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou em Plenário apoio à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), que defende a aprovação do projeto (PL 1/07) que reajusta os benefícios previdenciários com o mesmo índice de correção do salário mínimo. A proposta pode ser analisada pelos deputados na próxima semana.

Mão Santa disse ainda que a Cobap atribui ao PT e ao PMDB a culpa pelo “arrocho” enfrentado pelos aposentados. O senador também criticou o fator previdenciário, por entender que o mecanismo utilizado no cálculo dos benefícios prejudica os aposentados e suas famílias.

– Com esse fator, quem so-



Mão Santa: “Quem sonhou com cinco está ganhando dois salários mínimos”

nhou com cinco está ganhando dois salários. Não dá para comprar remédio. Nunca houve tanto suicídio entre idosos no Brasil. Os velhos têm vergonha porque o governo está acabando, garfando, roubando suas aposentadorias.

Jefferson Praia quer recursos para Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) protestou contra o contingenciamento, pelo governo federal, de recursos gerados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O

senador disse que o dinheiro está parado no Tesouro Nacional, mas poderia ser usado para incentivar o desenvolvimento da Amazônia Ocidental – Amazonas, Acre, Rondônia e

Roraima.

– Não dá para entender as intenções do governo quando se trata da Amazônia, se os recursos são gerados lá, através da taxa de serviço de adminis-

tração que a Suframa cobra. Tive informação de que são R\$ 700 milhões, que poderiam ser investidos em qualidade de vida e em obras fundamentais de infraestrutura – ressaltou.